



POLÍTICA NACIONAL (N)

TEMPO  
15.8.79

«TEMOIGNAGE CHRÉTIEN»:

Os enigmas do general Eanes

PARIS (TEMPO) — O Executivo que Maria de Lurdes Pintasilgo acaba de formar, para governar Portugal durante quatro meses, demonstra que o Chefe do Estado português não se opõe a um regresso da esquerda — escreve Alain Echegut, em artigo publicado por «Le Temoignage Chrétien».

O general Eanes — acrescenta o articulista — ainda não deixou de espantar os observadores da política portuguesa. Espírito maquiavélico para uns, homem versátil para outros, este antigo pirito da guerra psicológica em África e baluarte de uma abstração, para não falar no oficial de uma situação perigosa.

«Deve-se sublinhar — assinala Alain Echegut — que a eleição de Eanes, em Junho de 1976, à Presidência da República, foi já testemunho da confusão política. O general Eanes, cérebro do golpe de força militar do 25 de Novembro de 1975, contra a extrema-esquerda, foi designado candidato à Presidência por uma das facções de esquerda do MFA, o Grupo dos Nove, dirigido pelo major Melo Antunes. No plano político, esta candidatura foi apoiada por uma coligação bastante diversificada: os socialistas de Mário Soares, os socialdemocratas de Sá Carneiro e os democratas-cristãos de Freitas do Amaral. Um tal compromisso devia ter uma maior consequência: se, por um lado, ele evitava a curto prazo um afrontamento sangrento no seio das forças armadas divididas, por outro repunha em cena as forças da direita, um pouco desprezadas desde a revolução «dos cravos».

No plano militar, é preciso dizer claramente que o general Eanes traiu os seus amigos do Grupo dos Nove, que, no entanto, eram maioritários no

seio do Conselho da Revolução e dispunham de grande apoio entre as forças armadas. É o mesmo que dizer que outra política militar se podia antever — apesar das pressões da NATO — diferente da dos processos fictícios, das reformas antecipadas e das expulsões de certos militares que participaram activamente na revolução. E, não contente em promover nos Estados-Maiores membros do antigo regime, o general opôs-se à publicação de uma lei de amnistia relativa aos acontecimentos do 11 de Março e 25 de Novembro de 1975. O Parlamento, graças a uma maioria de esquerda «encontrada» milagrosamente, pode-se finalmente opor, a 2 de Julho passado, ao veto do Chefe de Estado.

No plano político, o general Eanes não conseguiu, não obstante os seus esforços, escapar à atracção dos partidos. Todas as combinações tentadas para pôr de pé um governo de «técnicos», apoio na Assembleia da República pela sua maioria presidencial, chumbaram.

UMA NOVA ESQUERDA SOCIALISTA?

Desde o triunfo da «revolução dos cravos», Portugal tem uma Constituição socialista. Esta determina escolhas sócio-económicas que são, na evidência, opostas aos discursos dos críticos do PSD ou do CDS.

Isto significa que o general Eanes só poderia contar com um dos três componentes da maioria, o partido socialista (apoiado no parlamento pelo Partido Comunista), para se opor a uma revisão antecipada da Constituição, que pareceria um golpe de estado aos olhos dos democratas.

A fraqueza ideológica do partido socialista, artificialmente forte devido aos resultados de duas eleições legislativas, destruiu todas as esperanças e facilitou a lenta destruição constitucional. Se o diálogo com um partido comunista dogmático é difícil, Mário Soares e os seus amigos não farão crer aos homens de esquerda que a defesa das liberdades se troca com compromissos e pactos com a direita!

A nomeação, a 19 de Julho, de Maria de Lurdes Pintasilgo para Primeiro-Ministro de um governo de «gestão» que acaba de ser formado (mas que só durará quatro meses), demonstra, no entanto, que o general Eanes nunca se opôs fortemente a um governo de esquerda. Mas à falta de uma maioria parlamentar, e frente aos tormentos de um PS em busca, mais uma vez, de hipotéticos acordos com a direita, o Chefe de Estado resolveu dissolver a Assembleia da República. Em Novembro próximo, haverá eleições que podem destruir as ambições de Mário Soares e, nunca se sabe, favorecer a subida de uma nova esquerda socialista de que Maria de Lurdes Pintasilgo é a legítima representante.

+ Recortes + P. P. I. + Recortes Classificados + P. P. I. + Recortes Classificados + P. P. I. + Recortes Classificados + P. P. I. + Recortes Classificados + P. P. I.

+ Recortes + P. P. I. + Recortes Classificados + P. P. I. + Recortes Classificados + P. P. I. + Recortes Classificados + P. P. I. + Recortes Classificados + P. P. I.